



Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº DE 2019.
(Do Sr. Filipe Barros)

“Requer a realização de Audiência Pública para discutir como o Estado pode atuar para evitar futuros crimes similares ao ocorrido no Caso Rhuan”.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 117, inciso VIII, e art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a Vossa Excelência, a realização de Audiência Pública para discutir como o Estado pode atuar para evitar futuros crimes similares ao ocorrido no Caso Rhuan, com a participação dos seguintes convidados:

- 1) Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal Guilherme Sousa, que tem atuado no caso Rhuan.
- 2) Guilherme Schelb, representante do Ministério Público Federal.
- 3) Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- 4) Representante do Conselho Tutelar do Distrito Federal.
- 5) Professor Felipe Nery – pedagogo e presidente da Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família.

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR

A presente solicitação, Senhor Presidente, visa debater não apenas o recente caso Rhuan, mas também como a atuação estatal pode evitar que crimes similares contra as crianças e os adolescentes podem ser evitados.

Peço essa audiência pública, porque tive acesso ao inquérito do crime, perpetrado por sua mãe biológica e a parceira contra o menino Rhuan. No inquérito da Polícia Civil, contata-se que houve graves falhas na rede de proteção a essa criança, tornando necessário um amplo debate sobre as medidas que deverão ser adotadas para proteger crianças e adolescentes do Brasil. Cabe salientar que a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, também acompanha o caso e constatou negligência do Estado, principalmente a partir 2017, quando a mãe biológica da criança perdeu a guarda.

Desta forma, é urgente que esta comissão não se furte a discutir e debater o caso Rhuan, para que ações efetivas sejam implementadas na rede de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Pelo exposto, peço a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, de março de 2019

Filipe Barros
(PSL/ PR)